

5

Conclusão

Neste capítulo conclusivo descrevemos observações e premissas que, a nosso ver, foram as mais relevantes deste estudo.

Sintetizando o que já foi dito sobre o levantamento dos dados, eles basearam-se em levantamento iconográfico da comunicação para orientação do espaço nas ruas da cidade, feitos pelo autor, e nas ruas do bairro Maré, feitos em sua quase totalidade, pelo Observatório da Maré, especialmente para este trabalho; em documentos oficiais emitidos pelos dois agentes oficiais identificados como protagonistas desta comunicação na cidade (SMTR – Secretaria Municipal de Transportes e SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo) e pelo agente especializado na urbanização das favelas (SMH – Secretaria Municipal do Habitat); e em pesquisas acadêmicas e de empresas voltados para a construção nas áreas informais.

Iniciemos pelo testemunho do próprio autor a respeito da evolução de sua impressão a respeito da Maré, marcada a princípio pelo estigma de região carente, caótica e violenta. Um lugar onde os moradores vivem com liberdade restringida pelo poder paralelo. A entrada do autor neste ambiente só se deu graças à receptividade do Observatório de Favela, fundamental, portanto, na viabilização deste trabalho.

Impressão que se modificou depois de dois anos de relacionamento com o lugar, o contato com moradores, instituições públicas e privadas locais, diferentes paisagens urbanas e peculiaridades daquela realidade no tocante diversos aspectos, inclusive à

segurança, que não impediu o posterior acesso autônomo do autor pelas cinco áreas escolhidas como objeto de estudo desta dissertação.

Nas conversas e observações direcionadas pelos moradores, chamou a atenção a desconfiança com que muitos vêem o poder público. Bem retrata este fato “o Batalhão da Polícia Militar de costas para a Maré”. O batalhão implantado ali estrategicamente volta sua frente para a linha vermelha e os fundos para a Maré. Na visão dos moradores, uma demonstração de que não é da segurança do bairro que estão cuidando.

É fácil perceber a ineficácia do batalhão no combate ao tráfico de drogas, que comercializa livremente de suas instalações, sugerindo a quem vê, a falência desta instituição pública como promotora da segurança e da ordem. Por outro lado, é gratificante ouvir o assíduo apito do professor de educação física da prefeitura, convidando a garotada da redondeza para as aulas de futebol.

Percebe-se pelo exposto acima o quão benéfico poderia ser uma comunicação da prefeitura voltada para os cidadãos local. Na visão que aqui pretendemos atribuir à comunicação para orientação no espaço urbano, esta comunicação subjetiva está incluída, e demonstramos sua existência em outros lugares da cidade.

No que compete aos agentes oficiais no espaço público urbano no bairro Maré, se constatou a presença da SMTR – Secretaria Municipal de Transporte Urbano, através da CET-RIO, com suas placas de sinalização padronizadas para o trânsito de veículos motorizados, caracterizando sua condição de empresa de engenharia e objetividade técnica, embasada em paradigmas rígidos. Suas informações direcionais no interior do bairro não são suficientes para garantir ao visitante a orientação dos caminhos a tomar, mas esta é uma condição comum a todo o subúrbio carioca, não se caracterizando, portanto, em uma discriminação. No entorno do bairro, no entanto, pelo contrário, se percebe a omissão deliberada de sinalização indicando os acessos para o bairro Maré.

Já nossa impressão com relação à postura da SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo frente ao bairro Maré, é de um disfarçado preconceito que se resume na frase ouvida por seus funcionários “favela é com a SMH – Secretaria Municipal de

Urbanismo”, que de fato assume a responsabilidade sobre a questão urbana na Maré, através do projeto Grandes Favelas.

No entanto, isto não justifica que as melhorias urbanas implantadas na cidade pelo IPP – Instituto Pereira Passos, através de seus mobiliários urbanos, incluindo os MUIs – Mobiliários Urbanos Para Informação, não sejam implantados na Maré. Os MUIs serviriam como suportes de importantes mensagens subjetivas da prefeitura com a população local, como visto acima, e para publicidades que poderiam gerar recursos ao bairro. A ausência do IPP não se sustenta quando se lê o principal documento de planejamento urbano editado pelo próprio instituto, que prevê, desde 2005, a valorização e o desenvolvimento das identidades locais, a inclusão e a promoção da integração da cidade.

Uma vez que a Maré é um bairro do município desde a década de 1980, mas ainda é considerada uma favela, tanto pela população, quanto pela prefeitura, que a inclui no projeto Grandes Favelas da SMH - Secretaria Municipal da Habitação, cabe indagar quando e quais os critérios que irão definitivamente caracterizar a Maré como um bairro do município sujeito às mesmas rotinas e planejamentos dos demais bairros da cidade.

Também consideramos significativa a proposta de uma visão abrangente do que seja comunicação de orientação no espaço urbano, incluindo todas as informações objetivas voltadas para a orientação direcional dos motoristas de todos os tipos de veículos motorizados, bicicletas e dos pedestres; mas também as mensagens subjetivas para orientações educacionais, ambientais, da preservação do espaço urbano, de promoção da cidadania, dos valores culturais regionais, outras comunicações emitidas pelo poder público que o aproxime da população local.

A boa orientação do espaço urbano é fator de qualidade de vida e a mídia urbana se constitui em um forte instrumento de comunicação, que poderia estar sendo empregado para o fortalecimento da presença do poder público no bairro Maré, nos demais bairros de origem informal, como Morro do Alemão, Jacarezinho e Rocinha, nas diversas AEIS (Áreas de especial interesse social) espalhadas pela cidade, e ainda nas áreas informais, aquelas onde o estado ainda não desenvolveu nenhum tipo de ação urbana.

A partir do momento que se percebe o valor de uma eficiente comunicação de orientação subjetiva, educacional, no espaço urbano da Maré, como um poderoso instrumento para enfatizar a presença do estado na região e prestar contas do que tem sido feito em prol da integração daquela área ao conjunto da cidade e do resgate da plena cidadania local, a ausência dos serviços prestados pelo IPP, responsável pelos projetos de mobiliário urbano, que inclui os MUIPs – Mobiliários Urbanos Para Informação, deve ser apontada como prejudicial tanto à localidade quanto ao poder público e, portanto, deve ser revista a postura de isenção do IPP frente a estas áreas, uma vez que a SMH, em seu projeto Grandes Favelas, volta seus esforços para questão básicas de infra-estrutura urbana que até aqui tem excluído de sua pauta a preocupação com a mídia urbana.

Nossa percepção é que, ao contrário de se omitir, caberia ao IPP, pela característica de seus profissionais, envolvidos com aspectos subjetivos de embelezamento, organização e dinamização da cidade, projetar o modelo de suporte para a comunicação visual de orientação urbana adequado à escala destes novos lugares da cidade, junto com outros equipamentos e mobiliários urbanos que trazem qualidade de vida ao lugar.

Conclui-se, finalmente, que a comunicação visual para orientação do espaço urbano deve ser vista como um investimento prioritário para a integração destes lugares ao conjunto da cidade, o que coloca o designer, dentre outros profissionais ligados à comunicação, como responsável por perceber o alcance social que pode conter projetos desta natureza e se colocar à frente de proposições voltadas para o desenvolvimento de novos paradigmas de comunicação visual para estes novos espaços públicos urbanos, adensados e orgânicos, até aqui afastados da mobilidade metropolitana. Livre do estigma que ainda carrega a Maré de hoje se constitui em uma diferente, calorosa, e em vários aspectos, charmosa opção de moradia, a nosso entender, pronta para integrar-se definitivamente, em um sentido de mão dupla, à rotina da cidade.